



Encerramento

João Mira Gomes

Secretário de Estado da Defesa Nacional e
dos Assuntos do Mar

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Geral do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais,
Embaixador José Gregório Faria,

Exmo. Senhor Director do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Álvaro de Vasconcelos,

Exmo. Senhor Director Geral de Política Externa - Mediterrâneo, Médio Oriente e África, Álvaro Iranzo,

Exmos. Senhores Embaixadores,

Minhas senhoras e meus senhores,

É para mim um grande prazer participar, em representação do Senhor Ministro da Defesa Nacional, na sessão de encerramento da Conferência Internacional de Lisboa, que tem por objectivo abordar o estado das relações luso-espanholas na comemoração dos vinte anos de adesão dos dois Estados à então Comunidade Económica Europeia (CEE). E é-me especialmente grato fazê-lo, uma vez que os oradores que me antecederam já puseram em evidência questões fundamentais na evolução do nosso vasto relacionamento bilateral, tal como ilustra a intervenção do Director Geral de Política Externa – Mediterrâneo, Médio Oriente e África, Álvaro Iranzo, e o sumário dos trabalhos que acabou de ser feito pelo Álvaro de Vasconcelos.

Permitam-me, aliás, deixar aqui uma palavra de particular apreço pelas iniciativas que, desde há muito tempo e de uma forma sustentada, têm vindo a ser tomadas pelo Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, e em especial a acção do seu Director, apoiado pelos Presidentes do Conselho Geral, com destaque para o falecido Embaixador Calvet de Magalhães, iniciativas essas direccionadas para o estudo aprofundado de relevantes temas no campo da política externa e das relações internacionais, sempre em colaboração com prestigiadas instituições, como é, também este ano, o caso da Câmara Municipal de Lisboa, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Embaixada de Espanha em Lisboa e da própria Fundação Calouste Gulbenkian, que acolhe este evento, sem esquecer, naturalmente, a parceria que há muito existe entre o IEEI e o Ministério da Defesa Nacional.

Na minha intervenção, e ainda que de forma sucinta, proponho-me começar por recuar vinte anos e caracterizar o figurino de segurança em 1986; seguidamente, falarei sobre o caminho percorrido pelos dois países, desde aquela data até ao momento presente; procurarei, depois, antecipar, sem entrar num exercício de futurologia, o que poderemos esperar nos próximos vinte anos, com especial destaque para os factores de segurança.

Portugal é membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). A sua inclusão em 1949, a convite dos EUA, representou uma marca diferenciadora em relação ao seu vizinho da Península Ibérica e um elemento valorizado como particularmente importante na segurança do Atlântico Norte e do flanco sul europeu, dada a ausência de Espanha na NATO e a saída da França, em 1966, da estrutura de comando militar integrado. De facto, a questão da integração da Espanha na NATO só veio a ser seriamente considerada após a mudança de regime em 1975. E ainda em 1986, a participação espanhola era, digamos, “imperfeita”, uma vez que o país não pertencia à respectiva estrutura militar integrada.

Num contexto internacional marcadamente caracterizado pela Guerra Fria, e dada a ameaça directa proveniente de Leste, a segurança da Europa permaneceu um monopólio da NATO, o que não impediu a criação de instâncias de cooperação intra-europeia no domínio da defesa. A União da Europa Ocidental (UEO), exemplo maior destas iniciativas, nunca chegou, contudo, a assumir um papel de relevo na responsabilidade plena da defesa colectiva ocidental.

Em 1986, Portugal estava num processo de modernização das suas estruturas militares, iniciando a adaptação das suas Forças Armadas a um cenário pós-guerra colonial. Foi, aliás, na sequência da criação do Ministério da Defesa Nacional e da dissolução do Conselho de Revolução, em 1982, que ocorreram mudanças significativas, com a consagração de um controlo civil e político sobre as forças militares. O Ministro da Defesa português tomou então conta das decisões militares e de defesa, um poder até então exercido pelo Estado-Maior das Forças Armadas.

Significativamente, no campo da cooperação com Espanha no domínio da defesa, até 1986, o relacionamento bilateral assentava quase unicamente nas reuniões dos Estados-Maiores Peninsulares, as quais, com um largo acervo de mais de cinquenta anos, são ainda hoje em dia um elemento de vasto valor simbólico e prático.

III

O fim da bipolaridade com a queda do Muro de Berlim, as mudanças internas dos Estados do antigo Pacto de Varsóvia e a realidade resultante da unificação alemã modificaram os parâmetros políticos e de segurança dentro dos quais os Estados europeus se tinham “acomodado” ao longo da Guerra Fria. Tive a felicidade de poder testemunhar essa mudança, enquanto diplomata colocado na DELNATO, trabalhando com o Embaixador José Gregório Faria, que aqui saúdo com muita estima, e assistir ao novo dinamismo que se instalou nas relações transatlânticas. Era a época do reforço do pilar europeu da Aliança e da ilusão, rapidamente desfeita, que os “dividendos da paz” iriam ser a panaceia para o crescimento económico e, até, para um certo desinvestimento em termos militares. A crise dos Balcãs veio acabar, abruptamente, com essas ilusões.

Apesar da grande maioria dos Estados estar de acordo que a NATO se deveria manter como o principal instrumento de defesa colectiva, na perspectiva europeia, o fim da Guerra Fria traria, antes de mais, um novo fôlego à UEO, apesar de continuar muito aquém dos objectivos que presidiram à sua criação. De forma significativa, logo após a entrada na Comunidade Europeia, Portugal e Espanha optaram por aderir àquela organização, com os tratados de adesão a serem assinados em 14 de Novembro de 1988.

Na Conferência de Lisboa, em 1995, a UEO decidiu instalar um Estado-Maior militar permanente em Bruxelas, com acesso a unidades operacionais, a Força Europeia de Reacção Rápida (EUROFOR) e a Força Marítima Europeia (EUROMARFOR). E quer Portugal, quer Espanha, decidiram também nelas participar.

IV

O Tratado da União Europeia, assinado em Maastricht, em 1991, foi o passo decisivo para o desenvolvimento de uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC) da UE, o denominado 2º pilar, designando a UEO como o “braço armado” da União Europeia e o pilar europeu da NATO. O

Tratado prevê, inclusivé, após negociações difíceis, a perspectiva de que a PESD possa, a seu tempo, conduzir a uma defesa comum.

A parceria de Portugal e Espanha na UE, na NATO e na UEO levou-os a ficarem mais próximos do que alguma vez tinham estado ao longo de séculos. Os dois Estados ibéricos partilhavam as mesmas opções fundamentais em defesa externa e política de segurança. Interesses específicos bilaterais passavam agora, cada vez mais, a ser tratados preferencialmente dentro da estrutura multilateral. E ambos reconheceram, igualmente, que seria no domínio europeu que os seus interesses nacionais individuais poderiam ser melhor alcançados.

Também num claro reforço da vertente multilateral, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), multiplicaram-se as operações de manutenção da paz. Os dois países, que igualmente viram a participação de militares em teatros de operações longe do território nacional uma forma de acelerarem o processo de modernização das respectivas Forças Armadas, iniciaram uma prática de contactos e de trabalho em conjunto no terreno que se foi consolidando ao longo dos anos, cultivando uma forte solidariedade e cooperação entre os respectivos Ministérios da Defesa, Forças Armadas e hierarquias militares. De uma forma aberta e equilibrada foram lançadas as bases que permitiram encarar a participação conjunta de forças portuguesas e espanholas, sem que a questão do exercício do comando fosse um obstáculo inibidor dessa cooperação.

O evoluir dos anos, e sobretudo as sucessivas crises que decorreram da desagregação da ex-Jugoslávia, evidenciaram que sem uma melhoria das suas capacidades militares, a influência e a responsabilidade da Europa continuaria a ser limitada, mesmo na sua periferia próxima. Para tal contribuiu também a constatação das sérias lacunas existentes no domínio da defesa na maioria dos países europeus, designadamente a inadequação das instituições de defesa fundadas no princípio da defesa territorial, a não profissionalização das Forças Armadas, a ausência de uma cultura estratégica comum e de organizações capazes de antecipar os acontecimentos e, sobretudo, a incapacidade de projecção significativa de força.

V

Foi no decurso da Presidência alemã da União Europeia que se haviam de registar novos progressos no domínio da defesa, que mereceram o apoio de Portugal e Espanha. No Conselho Europeu de Colónia de Junho de 1999, no qual tive o privilégio de participar, os Estados membros afirmaram a sua determinação de que a União Europeia deverá exercer um papel pleno no contexto internacional. E que para atingir aquele objectivo, deveriam ser postos à sua disposição os meios e as capacidades de assumir as suas responsabilidades no âmbito de uma política europeia comum de segurança e defesa (PESD). Foi também acordado que a União deveria ter capacidade para uma acção autónoma, apoiada em forças militares credíveis e em estado de prontidão, e meios para as projectar, de forma a dar resposta a crises internacionais e sem, com isso, prejudicar ou duplicar as missões da NATO.

A Presidência alemã do Conselho da União Europeia tinha, assim, conseguido transformar uma iniciativa bilateral franco-britânica, consubstanciada na declaração de Saint Malo, numa realidade europeia, fazendo evoluir a identidade de defesa europeia para uma política de segurança e defesa. Para tal, foram introduzidas diversas mudanças institucionais, havendo a destacar:

- a criação do cargo de Alto Representante da PESC, sobre o qual tinha havido um acordo de princípio no Conselho Europeu de Amsterdão de 1997, tendo sido nomeado para o preencher o ex-Ministro espanhol dos Assuntos Exteriores e ex-Secretário Geral da NATO, Javier Solana;
- a criação do Comité Político e de Segurança (COPS), em Bruxelas;
- outra mudança, foi a criação de um Comité Militar Europeu;
- a organização de sessões regulares do Conselho de Assuntos Gerais e de Relações Externas, com a participação de Ministros da Defesa;
- a transferência das funções da UEO para a União no que diz respeito às chamadas missões de Petersberg.

Aquelas mudanças foram posteriormente aprofundadas no Conselho Europeu de Helsínquia, consolidadas no Conselho Europeu de Santa Maria da Feira e acordadas em Nice em Dezembro de 2000. Também aqui foi decidida a criação de agências autónomas, incluindo a incorporação do Centro

de Satélites da UEO. Portugal e Espanha apoiaram sempre a criação e o reforço de uma política externa e de segurança comum, uma das áreas mais dinâmicas e criativas no processo de integração europeia, correspondendo aliás à vontade maioritária da opinião pública europeia, como o demonstra aliás, uma vez mais, uma recente sondagem.

Em Março de 2003, a UE lançou a sua primeira missão militar de manutenção da paz, a Operação Concórdia, que sucedeu a uma operação da NATO na Macedónia. O objectivo era garantir um ambiente de segurança que permitisse ao Governo da Macedónia a implementação do Acordo quadro de Ohrid, de Agosto de 2001, tendo sido empregue uma força de cerca de 350 elementos. A operação terminou em 15 de Dezembro de 2003, dando lugar à operação EUPOL Próxima, a segunda missão de polícia na história da UE.

Em Junho de 2003, o Conselho da União deu formalmente o seu aval a uma segunda operação militar de manutenção da paz, a primeira fora do espaço europeu e a primeira sem recurso a meios da NATO. A operação Artémis destinava-se a securitizar a cidade de Bunia na província do Ituri na República Democrática do Congo. Com a França como nação quadro, foi projectada uma força de cerca de 1700 elementos, numa operação limitada no tempo, que terminou em Setembro de 2003.

Em Setembro de 2004, a UE sucedeu à missão SFOR da NATO na Bósnia-Herzegovina. Conhecida pela sigla Althea, a missão é, ainda, hoje a maior operação europeia.

Naquelas operações, Portugal e Espanha estiveram representados através de forças militares, como continuam a estar hoje noutras operações conduzidas pela UE – EUFOR, na República Democrática do Congo e Sudão (Darfur), no apoio à AMIS –, assim como nas principais operações de manutenção de paz lideradas pela NATO e pela ONU, designadamente no Afeganistão, no Líbano e no Kosovo.

VI

É claro o empenho dos dois Governos no aprofundamento das relações na área da Defesa e da cooperação militar, quer no âmbito da PESD, da NATO e da ONU, como, obviamente, em termos bilaterais. Significativamente, a próxima Cimeira Luso-Espanhola em Badajoz contará com a presença dos Ministros da Defesa.

Com a adopção da Estratégia Europeia de Segurança em Dezembro de 2003, os Estados membros da UE decidiram estabelecer objectivos que reflectem a evolução do ambiente estratégico e tecnológico internacional, já integrando as preocupações dominantes na esfera internacional pós-11 de Setembro. Em Maio de 2004, os Ministros de Defesa europeus adoptaram um plano com o nome “Objectivo Global 2010”, que pretende que a União seja capaz de, nessa data, responder de forma rápida e decisiva, através de uma abordagem ampla e coerente, às operações de gestão de crises cobertas pelo Tratado, incluindo as vertentes policial e civil. Este plano, adoptado formalmente pelo Conselho Europeu de Bruxelas de Junho de 2004, previa, entre outros, os seguintes objectivos no domínio da defesa:

- o estabelecimento de uma Agência Europeia de Defesa, o que aconteceu ainda em 2004;
- a operacionalização do conceito de Agrupamento Táticos, com capacidade operacional plena em 1 de Janeiro de 2007, sendo Portugal e Espanha, aliás, parceiros nestas formações;
- o estabelecimento de uma célula civil-militar, com capacidade para o estabelecimento rápido de um centro para monitorização de uma operação a ser lançada pela UE.

Para além de 2010, a UE está também a desenvolver uma Visão a Longo Prazo para identificar as influências principais no ambiente futuro militar e as implicações na condução das operações PESD num horizonte que vai até 2025. Permitam-me referir aqui, embora de forma necessariamente breve, algumas das recomendações constantes do contributo da Agência Europeia de Defesa, que começam já a ser aplicados às Forças Armadas modernas: o incremento do estado de prontidão, de interoperabilidade dos equipamentos e de projecção de forças, o reforço dos sistemas de informação e o aumento de preparação para que os contingentes militares permaneçam em teatros de operações por um período alargado.

O objectivo não será mais apenas a vitória militar, mas sim a estabilidade. O sucesso de uma missão será sobretudo avaliado pela sua capacidade de perceber a envolvente em que se insere; temos um bom exemplo deste princípio o facto da guerra no Afeganistão dever ser também entendida pela sua ligação à economia da droga.

A Visão a Longo Prazo significa, igualmente, que as Forças Armadas devem estar preparadas para combater com regras de empenhamento menos tradicionais. Intervir militarmente poderá não significar apenas combater, impondo o planeamento de uma estratégia global, complementando a componente militar com outras áreas da actividade civil, o que passa por acções no domínio do desenvolvimento humano e económico. Num outro plano, a Visão a Longo Prazo também aponta para a necessidade de manter as Forças Armadas profissionais, atractivas para os jovens, num universo de recrutamento que poderá ser afectado em virtude do envelhecimento da população no continente europeu.

VII

O aprofundamento da política europeia comum de segurança e defesa, juntamente com a gestão das operações de paz lideradas pela UE, estarão assim no âmago da Presidência Portuguesa do Conselho da União, no segundo semestre de 2007.

Portugal, no decurso da sua Presidência, não deixará contudo de imprimir o seu cunho próprio, tal como já o fez no programa conjunto a 18 meses que elaborou com a Alemanha e a Eslovénia. Naquele contexto, procurará responder ao desafio da manutenção da estabilidade em África, de que é um bom exemplo a reforma do sector de segurança na República Democrática do Congo, dando prioridade ao reforço das capacidades africanas. Esta determinação do Governo corresponde, aliás, à concretização da aprovação em Conselho de Ministros, em Dezembro de 2005, do documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, onde foi criado o Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA). Este programa tem por objectivo, por um lado, aproveitar a experiência e o conhecimento do Ministério da Defesa Nacional e das Forças Armadas portuguesas pela sua participação na UE, na NATO e na ONU e, por outro lado, pela longa relação bilateral que vem sendo desenvolvida desde 1990 com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e, com Timor-Leste, desde 2002. Desenvolver-se-á em torno de quatro grandes eixos de acção, a saber: a capacitação institucional no âmbito da Segurança e Defesa; a formação de militares dos países africanos; a cooperação com organizações regionais e sub-regionais africanas; e a mobilização da agenda africana nas políticas e estratégias das organizações de segurança e defesa, em particular na NATO e na UE.

Também aqui temos toda a abertura para trabalhar em conjunto com Espanha e com outros países em esquemas de cooperação trilateral, desde que para isso haja anuência por parte dos países beneficiários. Trabalhamos, ainda, activamente, igualmente em conjunto com Espanha, na aprovação de documentos orientadores da UE para a prevenção, gestão e resolução de conflitos em África e no reforço das capacidades africanas.

VIII

É inegável que a Europa abriu novos horizontes para a cooperação luso-espanhola; esta afirmação é, também, verdadeira na óptica da segurança e defesa. Neste âmbito, os dois Estados ibéricos estão hoje empenhados e trabalham lado a lado. Ambos possuem laços profundos com a Europa e, ao mesmo tempo, relações culturais e históricas com outras partes do mundo – América Latina, África, Médio Oriente e Ásia. E à medida que a Europa se quer afirmar como um actor principal na cena internacional, mais os objectivos da política externa e de defesa de Portugal e Espanha podem ser prosseguidos através da UE. Mais importante, os dois países poderão encontrar razões adicionais para cooperar com afinco na resolução de alguns dos problemas com que se deparam, num contexto de segurança alargado que inclui a defesa e o desenvolvimento, nomeadamente no controlo da imigração ilegal e no reforço do diálogo de segurança com a margem sul do Mediterrâneo.

No próximo dia 11 de Dezembro em Paris, terá lugar uma nova reunião da iniciativa 5+5, a nível de Ministros da Defesa, onde Portugal e Espanha participarão activamente. O nosso país está ponderar,

igualmente, organizar no decurso da Presidência uma reunião com a presença dos Ministros da Defesa dos países do Mediterrâneo.

Todos os exemplos anteriores ilustram a excelência do relacionamento luso-espanhol, que passaram, naturalmente, pela radical alteração de posturas face ao passado, espelhando o elevado nível de cooperação, a comunhão de objectivos quanto à Europa e a identidade de pontos de vista relativamente à manutenção da paz e da estabilidade mundiais.

Diria, pois, sem hesitação, que vivemos num momento particularmente profícuo do nosso relacionamento, existindo uma vontade comum de aprofundar cada vez mais o entendimento e a cooperação bilateral em vários domínios, incluindo o da defesa. Apesar das dificuldades em prever e antecipar evoluções geo-estratégicas nos próximos vinte anos, considero que poderemos continuar a assumir o relacionamento entre Portugal e Espanha como um factor produtor de segurança e estabilidade.

Muito obrigado.